



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570667 - SP (2020/0079908-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : TATIANA DA SILVA PESTANA
ADVOGADO : TATIANA DA SILVA PESTANA MAZARO - SP265870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDIO CALDEIRA DE MOURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **CLAUDIO CALDEIRA DE MOURA**, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2019114-90.2020.8.26.0000.

Consta nos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais 534 dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 (e-STJ, fls. 37-44).

Pretendendo a aplicação do redutor do art. 33, § 4.º, da Lei de Drogas, a defesa impetrou prévio *writ* perante a Corte estadual, que indeferiu a liminar, diante da inadequação da via eleita (e-STJ, fls. 17-19).

No presente *habeas corpus*, o impetrante reitera o pedido originário de reconhecimento do tráfico privilegiado, com a readequação da pena e do regime prisional.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF). Anote-se que o enunciado aplica-se também à hipótese em que se impugna decisão singular do relator, como no caso em apreço, a qual deveria ter sido impugnada por agravo interno, que devolveria a questão ao colegiado competente, nos termos do art. 105, inciso I, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

Confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. INDEFERIMENTO LIMINAR. ART. 210 DO RISTJ. ORDEM IMPETRADA CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar *habeas corpus* impetrado nas hipóteses em que a autoridade coatora ou o paciente estejam indicados no art. 105, inciso I, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

- No caso, o *writ* foi impetrado contra decisão monocrática de proferida por relator no Tribunal de origem, a qual não foi impugnada por recurso cabível, objetivando submeter a decisão à apreciação do órgão colegiado. Uma vez não esgotada a instância ordinária, é manifesta, portanto, a supressão de instância. Precedentes do STJ e do STF.

- Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 332.057/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 28/3/2016).

"*HABEAS CORPUS*. ECA. INTERNAÇÃO-SANÇÃO. ATO COATOR

DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR. INCOMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

[...]

4. O presente *writ* não ataca decisão colegiada, mas decisão monocrática de Desembargador negando seguimento ao *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem. Contra a decisão monocrática não foi interposto o recurso cabível, qual seja, o agravo em execução, para submeter o julgado à apreciação do órgão colegiado, e somente assim, permitir a análise do tema pelo Superior Tribunal de Justiça, sem incidir na vedada supressão de instância. 5. *Habeas corpus* não conhecido." (HC 264.184/RN, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, DJe 24/4/2013).

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator